

ATA DA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-12-2020.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Moisés Barboza e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/20 (Processo nº 0314/20), de autoria de Ramiro Rosário. Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Septuagésima Sétima, Septuagésima Oitava, Septuagésima Nona, Octogésima e Octogésima Primeira Sessões Ordinárias e da Vigésima Oitava e Vigésima Nona Sessões Extraordinárias. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/20 (Processo nº 0019/20), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Mendes Ribeiro e Cláudio Janta. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/20, por vinte e dois votos SIM e nove votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/20, por dezessete votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/20, por vinte e um votos

SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/20, por vinte e um votos SIM, dez votos NÃO e três ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Airtto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga e optado pela Abstenção Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0277/20), por vinte votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser discutido por Cassiá Carpes, Adeli Sell, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Karen Santos, Prof. Alex Fraga, Idenir Cecchim e Airtto Ferronato e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Moisés Barboza, Cláudio Janta, Adeli Sell, Mauro Zacher, Prof. Alex Fraga, Cassiá Carpes e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitado requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 036/19 (Processo nº 0610/19), por treze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Moisés Barboza e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 036/19 (Processo nº 0610/19), o qual, após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Mônica Leal, Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell e Karen Santos, teve sua votação suspensa em face da

inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e quarenta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cassio Trogildo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos. Solicito ao nosso diretor legislativo, Luiz Afonso de Melo Peres, que conduza a abertura dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e seis Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Temos quórum. Dou por aberta a presente sessão e, de imediato, devolvo a palavra ao nosso diretor legislativo, Luiz Afonso, para que informe o expediente que foi encaminhado à Mesa no dia de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 77ª a 81ª Sessões Ordinárias e 28ª e 29ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Quanto às demais matérias encaminhadas à Mesa, observamos que temos esse processo importante e relevante que foi hoje protocolado e, obviamente, será encaminhado pelos trâmites legais. Não há nenhuma outra matéria a ser aprovada, Dr. Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Sr. Presidente, não temos.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Uma questão de ordem do Ver. Aldacir Oliboni. Vossa Excelência dispõe de espaço para a sua manifestação e encaminhamento da questão de ordem requerida.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Presidente, já que não teve reunião na semana passada para discutirmos uma ordem cronológica de prioridades de projetos até a próxima quinta-feira, pergunto a V. Exa. se terá reunião amanhã, quarta-feira, enfim, quando

teremos uma reunião para essas últimas votações e como será a sessão de posse, se já tem um estudo sobre a sessão de posse da nova legislatura.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A questão do vereador é pertinente, ainda que não esteja dentro do Regimento, pois não há nenhum descumprimento do Regimento até o presente momento. Há uma necessidade de esclarecimentos da Casa que, tempestivamente, é solicitada pelo líder da oposição e que nós prazerosamente oferecemos. Primeiro, com relação às próximas votações na Casa, esclareço que, se tudo correr como nós esperamos no dia de hoje, nós iremos praticamente esgotar a pauta daquelas matérias que trancavam o desenvolvimento das votações dos projetos dos senhores vereadores. Quais serão esses projetos? Na quarta-feira, nós teremos a realização da reunião conjunta da Mesa e das lideranças quando então, Ver. Oliboni, proporemos a ordem a ser submetida a votação dos projetos depois de que nós possamos cumprir a última obrigação que nos cabe nesta legislatura de forma interativa, que é a votação do orçamento prevista para quarta-feira. Nós contaremos, como mínimo, duas sessões ordinárias, quinta-feira da presente semana e uma na segunda-feira, última sessão prevista no agendamento, e, nessas duas, nós pretendemos que possamos enfrentar a pauta extraordinária que vamos montar a partir de quarta-feira.

De outro lado, esclareço, e esperando com isso responder com objetividade à pergunta, que, com relação à posse, existem alguns detalhes que ainda estão sendo examinados e que também, na quarta-feira, nós teremos oportunidade de esclarecer aos senhores vereadores. Especialmente porque, na sexta-feira vindoura, dia 18, se dará a Sessão Especial do Tribunal Regional Eleitoral, este ano, além de remota, restrita, porque só um vereador por bancada irá representar os seus colegas nessa ocasião – teremos só a partir dessa data oficialmente declarados os novos vereadores na Casa. Esses todos serão certamente, nos primeiros dias da semana vindoura, objetos de contato nosso com as informações do que for possível prepararmos para que eles tenham uma posse digna do resultado eleitoral que os consagrou como novos representantes na Câmara Municipal de Porto Alegre. Esclareço que algumas das situações tiveram que ser proteladas, porque, até 72 horas atrás ou quase isso, nós tínhamos como certo que iríamos organizar a cerimônia que irá se realizar no Tribunal Regional Eleitoral da diplomação dos vereadores aqui no prédio, o que nos permitiria ter uma experiência prática do que nós pretendemos realizar. Como não irá ocorrer isso, nós certamente, na quarta-feira, iremos informar aos senhores vereadores todas as providências que nós estamos tomando e quais as alterações que nós pretendemos oferecer no rito, especialmente porque envolve, entre outras situações, a posse do Sr. Prefeito Municipal, a posse do Sr. Vice-Prefeito, a eleição da Mesa Diretora da Casa, enfim, todas aquelas circunstâncias que o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município de forma muito clara estabelecem. Espero, Ver. Aldacir, que eu tenha, com a objetividade que o momento impõe, procurado satisfazer as suas dúvidas, as suas inquietações, que eu acredito que sejam até a síntese do que pensam os demais colegas seus, especialmente aqueles que forem reconduzidos. *O.k.*? Então, diante desse

esclarecimento e vendo o sinal do Ver. Oliboni de que está de acordo, com o objetivo de ingressarmos agora na Ordem do Dia, solicito que seja procedida a chamada, com este objetivo de imediatamente enfrentarmos essas derradeiras matérias que ainda dependem de exame da Casa por parte do sodalício aqui constituído.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu sugeriria colocar em votação um requerimento de alteração, porque antes tínhamos o Grande Expediente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência anuncia o requerimento e eu colocarei em votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu sugeriria que fosse um requerimento, de ofício, da presidência.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h45min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0019/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/20, que autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Porto Alegre. **(SEI 004.00011/2020-48)**

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Cláudio Janta: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 02, de autoria da Ver^a Mônica Leal (líder do PP) e dos Vers. João Carlos Nedel e Cassiá Carpes;
- com Emenda nº 03, de autoria dos Vers. Reginaldo Pujol e Mendes Ribeiro (líder do PP);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM;
- encaminhou a matéria o Ver. Cassiá Carpes em 10-12-20;
- adiada a discussão por uma Sessão em 30-09-20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLE nº 003/20. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde, o governo municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan, anunciou há pouco tempo, pela imprensa, que estaria disposto a transferir R\$ 29 milhões de subsídio ao transporte público de Porto Alegre. Nós, na ocasião, a grande maioria se manifestou contrariamente, porque, na medida em que nós vamos falar em subsídios, nós queremos saber quanto vai baixar a passagem. Ao longo de quatro anos, o governo Marchezan retirou a passagem gratuita para os idosos, na faixa de 60 a 64 anos, isentou vários tipos de impostos, aumentou o tempo de renovação de frotas de 10 para 13 anos, enfim, transferiu uma série de benesses aos empresários, e nós só vimos baixar a passagem em R\$ 0,15 por meio de um projeto que nós votamos recentemente aqui na Câmara. E com relação a este subsídio ora autorizado, eu não vejo no projeto de lei a redução da passagem de ônibus. É muito vaga essa questão e eu creio que o melhor é deixarmos esse assunto para a nova gestão, para o novo governo, que mande um projeto consistente para a Câmara, que mostre claramente as boas intenções, porque este que está aqui hoje é impossível nós votarmos favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Ver. Reginaldo Pujol, nosso presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu peço desculpas pois estou com problemas na conexão. Aqui na Zona Sul de Porto Alegre, por causa do temporal de ontem, nós estamos com graves problemas de energia elétrica, então, eu estou usando a rede de dados móveis, que torna instável a conexão.

Como destacado anteriormente pelo colega Aldacir Oliboni, este projeto é bastante problemático... (Problemas na conexão.) ...isso foi reforçado pelas falas no período de... (Problemas na conexão.) ...Karen Santos, minha colega de partido, e também outras falas, como a fala do Ver. Cláudio Janta, de que não há transparência na prestação de contas dos insumos que envolvem o transporte público, não há transparência com relação à análise dos dados da bilhetagem eletrônica. Essa falta de informações que é oferecida, pura e simplesmente, pela ATP, na forma de planilhas, sem uma auditoria criteriosa por parte do governo do nosso Município, inviabiliza a possibilidade de nós concordarmos com oferecer mais subsídios ao transporte público. Nós deveríamos ter uma reestruturação da análise desses dados, para depois discutirmos e votarmos um projeto de tal magnitude, porque, sem transparência, é impossível concordar com a aprovação de mais ônus para a cidade de Porto Alegre e favorecimento dos consórcios que prestam esse serviço, o mais caro do Brasil, como todos sabem, e também de péssima qualidade. Este ano nós tivemos a população usuária completamente desassistida, com redução do número de linhas, com redução das tabelas horárias, tudo isso adensando ainda mais os coletivos que circulavam pelas nossas ruas, facilitando a propagação dessa doença que está atingindo um nível alarmante.

Portanto, se não houver seriedade no enfrentamento dessas questões, nós não podemos dar apoio a esse tipo de iniciativa. Nós somos favoráveis ao subsídio ao transporte público, mas não da forma como está sendo proposta. Nós precisamos, acima de tudo, antes da votação desse projeto, ter transparência nos dados que se referem a todos os itens que são utilizados para cálculo da planilha tarifária. Caso isso não venha a acontecer, a bancada do PSOL vai votar contrariamente a este projeto. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/20.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; eu fiz uma pergunta no *chat* para saber se as emendas estavam destacadas. Como elas não estão destacadas, eu me inscrevi para encaminhar pela importância que eu vejo nas emendas, para que este projeto seja aprovado. O sistema de transporte público vai muito mal, eu sempre digo que o sistema de transporte público nunca foi prioridade dos governos, por isso ele está mal do jeito que está. Nunca houve investimento, sempre se priorizou o transporte individual de passageiros, nunca o coletivo, mas, enquanto a gente estiver à frente e representando a população de Porto Alegre, nós temos que fazer todos os esforços para que tenhamos um transporte público de qualidade.

Este projeto vem nessa direção. Apesar de achar que este projeto tem os seus defeitos, a emenda do Ver. Ricardo Gomes é fundamental para a aprovação e para a legalidade deste projeto. Na emenda do Ver. Ricardo Gomes, ele tira a possibilidade

do projeto de subsídio cruzado intersetorial, ou seja, um modal querendo sustentar o outro. O subsídio cruzado é totalmente inconstitucional, e a emenda do Ver. Ricardo vem ao encontro disso, para que se deixe o projeto dentro da legalidade. A emenda do Ver. Pujol também é extremamente importante, por que eu digo isso? Porque a emenda do Ver. Pujol tira a possibilidade de o governo dar eficácia a essa lei por decreto. Então, é extremamente importante que a gente, para aprovar o projeto, aprove a Emenda nº 01, do Ricardo, que tira a possibilidade de subsídio cruzado, que é inconstitucional; e a Emenda do Ver. Pujol, que tira a possibilidade de o governo dar eficácia a essa lei por decreto. Era isso, Presidente. Se essas duas emendas forem aprovadas, eu vou acompanhar a aprovação deste projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, antes de encaminhar, eu teria uma questão de ordem, que era para ler as emendas, para não acontecer o que aconteceu a semana passada, quando nós já tínhamos até votado emenda e voltamos para ler as emendas. Antes de encaminhar, eu gostaria de que fossem lidas as emendas, para a gente saber o teor. O Mendes deu uma pincelada do que seria a sua emenda e a do Ricardo, para a gente ver o que está escrito nas emendas, até para poder fazer o encaminhamento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu defiro de plano o seu requerimento, e solicito à Diretoria Legislativa que informe aos vereadores o teor das três emendas que estão sendo examinadas em conjunto com o projeto, porque nenhuma delas foi destacada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das Emendas nºs 01, 02 e 03 ao PLE nº 003/20)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Muito obrigado, Sr. Presidente, uma boa tarde a todos. Eu acho que até as emendas dariam uma melhoria no projeto, mas nós temos uma questão neste projeto que eu acho – eu já fiz uma alteração na Lei Orgânica – que esta Casa vai ter que discutir primeiro com o próximo governo: a composição do Comtu. Esse conselho não representa a população de Porto Alegre, esse conselho não representa os usuários do sistema de transporte, esse conselho não representa as pessoas com deficiência, não representa os idosos, não representa os interesses de quem usa o sistema de transporte na cidade de Porto Alegre. Ele tem que ser revisto, seus membros, sua composição e o seu papel. Além disso, nós estamos falando de um tema que, há muito tempo, os governos, desde o Fogaça, e antes até, desde a época do PT, vêm dando subsídios, vêm dando ajuda, cada vez vem se botando

mais dinheiro, mais recursos. Já se tirou a segunda passagem, já se tirou a passagem do idoso aos 60 anos, as mães de crianças e de adultos com deficiências não têm direito de andar no sistema de transporte, a não ser acompanhado dessa pessoa com deficiência. Então, várias coisas foram sendo retiradas, várias vantagens da população foram sendo retiradas, a questão do caixa que discutia isso, a vantagem de as pessoas comprarem antecipadamente as passagens, as empresas comprarem com quase 30 dias de antecedência as passagens, uma série de coisas, e não resolve o sistema de transporte. Não adianta a gente colocar esse subsídio para o sistema de transporte coletivo de Porto Alegre, se as *vans* escolares precisam de subsídio, os lotações precisam de subsídio, os taxistas precisam de subsídio, os trabalhadores de aplicativos, todo o sistema de transportes está passando por dificuldades. Eu acho que nós temos que discutir o todo do sistema de transporte, não só a questão de integração do sistema de transporte com a Região Metropolitana, a integração dos bairros. As empresas têm diminuído cada vez mais o número de linhas, pessoas que pegam um ônibus interno dentro de um bairro e ainda têm que pagar segunda passagem. Uma série de coisas, que não vai ser com esse subsídio que nós vamos resolver. Eu acho que nós temos que é que fazer um grande debate, a nova legislatura, o novo governo que assume, reunir todos os atores, reunir toda a sociedade, todas as pessoas e fazer um grande debate para discutir o sistema de transporte. Um grupo de trabalho eficaz e que possa apresentar soluções não somente para o sistema de ônibus, mas para todo o sistema de transporte em Porto Alegre, porque a necessidade é de todos, não é só dos ônibus, é do transporte escolar, volto a dizer, dos lotações, dos táxis, dos aplicativos, de todo o sistema de transportes. Então o nosso encaminhamento é que a gente rejeite este projeto e o próximo governo faça esse grupo de trabalho para discutir o sistema de transportes. Seria isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Consulto se existe algum outro senhor vereador ou senhora vereadora querendo encaminhar a matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassiá sinaliza, mas ele já havia falado na última sessão, vereador.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** 22 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Permita-me acrescentar um detalhe: o Trensurb, hoje, é subsidiado, 60%, pelo governo federal. No tempo normal, de transporte carregado, subsidia 27%. Há subsídio no mundo inteiro, portanto, é necessário, por isso votei “sim”.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Subsídio é necessário quando a gente tem controle e transparência, vereadores, e não é o caso hoje na gestão do transporte coletivo. Votei “não”.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 17 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós estamos falando em subsídio, e, ao mesmo tempo, a emenda fala em reajuste. Lamentável, não tem como conciliar uma coisa com a outra. Se estamos dando subsídio, obviamente não poderia ter reajuste, teria que baixar o valor da passagem. Por isso eu votei “não”.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): É uma questão de ordem: o pessoal não está entendendo a emenda. Essa emenda simplesmente abre uma alternativa importante de recursos para a efetivação desse projeto. Votei “sim”, é claro, porque é importante e fundamental.

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/20.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao diretor legislativo que coloque em votação o projeto propriamente dito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 03 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLE nº 003/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu votei “não” porque o mundo inteiro dá subsídio para um sistema de transporte público, principalmente administrado pelo município e com transparência.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Eu votei “sim” em duas das três emendas para tentar melhorar este projeto, mas ele é muito vago. Por isso votei “não”.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Votei “sim”, porque não tem como buscar baratear a passagem sem subsídio.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu me abstive porque sou a favor do subsídio, mas acabamos de votar contra um subsídio que realmente garantiria a redução da passagem. Então, eu me abstive porque o projeto não está claro, não tem transparência e não tem controle público.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0277/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/20, que inclui os arts. 3º-A, 3º-B, 3º-C, e revoga o art. 3º da Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984,

que consolida dispositivos relativos a instituição da Passagem Escolar no Município de Porto Alegre, instituindo os procedimentos para a concessão e renovação da carteira de Passagem Escolar do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. (SEI 118.00163/2020-18)

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 05-10-20 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 018/20. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu nem vou usar os meus cinco minutos, porque o projeto é simples e objetivo. O objetivo é a nova normativa, e nós consideramos muito importante. O tempo vai passando, a tecnologia vai chegando e, naturalmente, o governo não prejudica os estudantes, ao contrário, faz uma normativa para agilizar, renovar todo texto para obtenção dessa carteira. Portanto, voto “sim”, é um bom projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Essa posição poderia ser uma posição construída, ela não foi construída com os verdadeiros interessados. As entidades estudantis, os grêmios, os centros acadêmicos, os diretórios foram alijados completamente de quaisquer debates e discussões, muito menos ouvidas e escutas – esse é o *modus operandi* do atual governo. Eu espero que aqueles que sustentarão, ou já começaram a sustentar, entre aspas, o novo governo, não entrem nessa mesma patola e comecem a fazer uso da velha patola, quando tem maioria. Eu acho isso um equívoco violento, uma afronta a organização dos estudantes, que tem interesse na forma do fornecimento da carteira estudantil.

Eu não vou gastar mais o meu português aqui porque já vi, pela posição anterior, que se aprova um subsídio sem nenhum controle público, sem nenhum controle efetivo, ou seja, hoje oferecemos em bandeja de ouro algumas boas notas de reais aos donos das empresas que afrontam, concretamente, a licitação feita há pouco tempo. Eu fico apavorado da forma como se faz política neste Parlamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Pujol, vereadores e vereadoras, eu escutei o Ver. Cassiá Carpes e, agora, o Ver. Adeli Sell. Eu queria dizer para ti, Cassiá, e demais vereadores e Presidente Pujol, eu comentei essa questão com Cassio Trogildo também, nós estamos numa situação muito excepcional, funcionando de modo remoto, e depois das eleições, nesse período aí de final de ano, com essa grande quantidade de projetos que travavam a pauta, projetos do Executivo, de um governo, como todos sabem, que não foi sequer para o segundo turno. Isso tem que nos levar a refletir quando a gente vai votar, sobretudo, porque quando são temas que envolvem outros – a gente tem que pensar mais. Por que estou dizendo isso? Se nós não tivéssemos numa situação de funcionamento remoto, nós teríamos a Câmara com uma representação dos estudantes: DCE da UFRGS, UMESPA, UGES. Eles não teriam conseguido provavelmente lotar totalmente as galerias, mas talvez tivessem, porque eles ficaram sabendo que esse projeto está para ser votado há pouco tempo. Como a Câmara está com funcionamento remoto, se para os vereadores às vezes fica difícil acompanhar no detalhe o funcionamento da Câmara, imagina para a população e para as entidades. Vamos levar em conta o seguinte: esse projeto não passou por um debate na Câmara. O que os estudantes estão pedindo? Eu mandei para lista dos vereadores uma carta do DCE que pedia a retirada do projeto, o Cassio inclusive explicava que a retirada do projeto só compete ao governo. Então, o que eu acho que é o caso? O caso é que se o prefeito Melo, que foi o prefeito legitimamente eleito, acha que esse projeto é um bom projeto, eu acho que ele teria que fazer esse debate a partir da sua posse. Enquanto isso, nós rejeitaríamos o projeto para que pudéssemos, de fato, conversar com as entidades que estão pedindo para conversar com os vereadores, a UMESPA, a UGES, elas estão fazendo esse apelo. Não chegou a todos esse apelo porque nós estamos com esse funcionamento remoto, se tivesse a Câmara funcionando, como eu disse, nós teríamos a visita de várias lideranças estudantis, porque este projeto interfere nas entidades estudantis e ele não barateia a passagem, ele não melhora o atendimento e ele está sendo contestado por entidades estudantis. Então, ao invés de a Câmara votar um projeto do prefeito Marchezan, que já foi derrotado na eleição, passando por cima de uma vontade que os estudantes têm de debater com a Câmara, não faz sentido. Eu acho que, se o prefeito Melo tem interesse nesse projeto, é um direito que ele tenha interesse a projetos do prefeito Marchezan, que o prefeito Melo certamente tem interesse que sejam aprovados, mas eu acho que, como o prefeito Melo é um prefeito que já assumiu o compromisso de dialogar, eu acho que nesse caso, os vereadores e as vereadoras que já fazem parte da base de sustentação do próximo governo, deveriam dar esse exemplo e mostrar isso na prática agora. Eu acho que isso deve ser feito. Então, estou apelando que a gente vote contra, não necessariamente por considerar errado o projeto, eu não estou pedindo para o Cassiá mudar a sua posição de mérito, por exemplo, eu só estou pedindo para que os estudantes possam ser escutados pelos líderes das bancadas do próximo governo, pelo próximo governo e que gente vote um projeto com esse conteúdo com o novo prefeito já tendo as rédeas da situação. Então, esse é o apelo, pela rejeição em função dessa necessidade de diálogo que os estudantes estão pedindo, nada mais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu acho que realmente não foi ouvida a parte mais interessada de tudo isso, que são os estudantes. Tenho certeza de que os estudantes querem o direito de fazer a sua carteirinha no seu grêmio estudantil, na sua entidade, no seu DCE e também onde puder fazer de graça, que é o caso deste projeto que remete para a EPTC para fazer de graça a carteirinha. Então, eu acho que nós não estamos ouvindo os maiores interessados, que são os estudantes. Se a minha entidade é boa, se a minha entidade é representativa, se a minha entidade realmente me representa, eu vou fazer a minha carteirinha lá. Agora, eu não sou obrigado a pagar uma carteirinha se posso obter a carteirinha gratuitamente, que é essa a proposta do projeto, que a Empresa Pública de Transporte e Circulação possa fazer a carteirinha. Então, nós encaminhamos a favor do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores, me inscrevo para reiterar a fala do Adeli, do Roberto Robaina no sentido do debate de um projeto tão importante para a vida estudantil das representações dos DAs, dos DCEs, a importância de a gente conseguir convocar esses que vão ser impactados por essa alteração para compor esse debate de forma democrática e ampla. Não vejo sentido de, em dezembro, nós propormos essas alterações sem consultar, sem convocar esses que vão ser os principais impactados neste projeto. Então, pedindo aí para que os vereadores e vereadoras reflitam nesse sentido e que a base do governo retire de pauta, para a gente não precisar passar por discussão e uma votação sem um amplo engajamento daqueles que serão impactados.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Gostaria de destacar o que acredito ser um equívoco na fala do Ver. Cláudio Janta. Gratuidade? Creio que não. A nossa EPTC já tem grandes problemas para cumprir com as suas demandas, controlar o trânsito, fiscalizar o transporte público, fazer justamente os desvios necessários quando tem queda de árvore, como ocorreu ontem aos montes aqui na nossa cidade, e mais essa tarefa? Sinceramente, não vai ser desempenhada pela EPTC. A Prefeitura vai transferir essa responsabilidade da

confeção de carteiras para a ATP, ou seja, é mais uma atribuição que não gerará o controle necessário e devido por parte do Executivo municipal. Então, o projeto é um projeto amplo, o Executivo, a entidade, o órgão do Executivo que vai controlar, o governo vai jogar isso aí na mão da Associação dos Transportadores de Passageiros e, infelizmente, como vem sendo feito há décadas, cria-se mais poder, mais um instrumento de poder, mais um instrumento sem o devido (Problemas na conexão.) por parte da população com relação agora a confecção das carteiras escolares. Gostaria de socializar com todos vocês, já fui presidente de grêmio estudantil, e é uma receita importante justamente para as atividades do grêmio porque, muitas vezes, o que as entidades arrecadam com as contribuições voluntárias dos estudantes e das famílias não gera recursos suficientes para todas as atividades necessárias para o exercício dos trabalhos e dos serviços em prol da comunidade estudantil. Essa receita é importante justamente para a manutenção dos grêmios, dos diretórios acadêmicos, das entidades que representam os estudantes. Sinceramente, agora vou utilizar uma fala reiterada pela nossa colega Comandante Nádia, que sempre afirma: não existe café grátis! Então, por favor, Ver. Cláudio Janta, não vai haver gratuidade na oferta de carteira escolar por parte da EPTC ou pela transferência para a ATP, só muda o órgão que vai fazer a arrecadação dessa tarifa, que é justamente a tarifa para confecção, manutenção e renovação das carteiras escolares. Uma boa tarde a todos e sejamos um pouco sensatos e nos coloquemos no lugar dos estudantes secundaristas, dos estudantes do ensino superior que têm nas suas entidades representativas um espaço importante para a participação no ambiente político da nossa cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, diretor Luiz Afonso, que tem trabalhado incansavelmente com muita competência. Eu gostei muito de ouvir o Ver. Claudio Janta, que é um homem que entende muito de sindicalismo, que entende muito do que uma entidade precisa. Claro que precisa de recursos, mas, nesse caso, nós estamos pensando nos estudantes que não precisam mais pagar a carteirinha. Em Porto Alegre, nós vamos dizer quem quiser fazer a carteira na UMESPA, na UGES, no DCE, no diretório acadêmico, enfim, pode fazer, o projeto de lei não proíbe que esses estudantes o façam, mas a grande maioria, a maioria esmagadora dos estudantes não quer pagar a carteirinha. Eu vejo que os meus colegas mais sindicalistas, mais do que o próprio Janta que entende muito, querem obrigar os estudantes a pagar, a fazer a carteirinha na sua entidade. Olha, não é mais obrigatório pagar o sindicato, só se associa ao sindicato e só paga o sindicato quem quiser. Eu estou vendo que grande esmagadora maioria dos trabalhadores não querem pagar mais o sindicato. Eles vão ter que fazer igual ao sindicato patronal que se (Problema na conexão) a inventar a fazer, a prestar serviços para fazer arrecadação.

Então, acho que este projeto é muito bem-vindo. O governo, até 31 de dezembro, não é do Sebastião Melo, o governo, o prefeito, até 31 de dezembro, e os projetos do Executivo até essa data são do prefeito que está no exercício, do prefeito Marchezan. E esse projeto é muito bom porque não obriga mais o estudante a gastar o que não tem, não obriga mais, ele pode fazer, se quiser, no seu diretório acadêmico, onde ele quiser, mas não é obrigado a gastar se não quiser fazê-lo. Então, encaminho favorável a esse projeto por entender que aqueles estudantes que não estão, na maioria das vezes, engajados em partidos políticos, possam fazer a sua carteirinha sem gastar dinheiro e sem financiar algumas dúzias de estudantes que vivem juntos com partidos políticos ou movimentos que não representam a grande maioria. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu estimado Presidente Pujol, estimados colegas vereadores e vereadoras, amigos e amigas desta Casa, eu estava ouvindo atentamente todos e quero começar registrando que a manifestação do Ver. Idenir Cecchim foi interessante, fala da importância do aluno estudante buscar a sua carteira onde ficar melhor para ele. A posição do Ver. Robaina fala do projeto e diz que é interessante, mas que seria importante o próximo governo ouvir os estudantes na apresentação de uma proposta nesse sentido. E eu vou votar contra o projeto por essa razão, para discutir mais com os estudantes. Estou me inscrevendo também porque se trata do estudante, da carteira do transporte público, para fazer o registro que queria fazer há algum tempo. Com os meus mais de trinta anos de Câmara, eu acredito que o prefeito Marchezan merece aplauso no que diz respeito aos projetos que encaminhou para a Câmara. Nós votarmos agora fica bastante difícil, mas foi o prefeito que apresentou projeto que efetivamente modifica para muito menos o custo da passagem, barateia a passagem. A aprovação desse conjunto de projetos barateia muito a passagem, eu quero registrar isso. Em Porto Alegre - a maior tarifa do Brasil e uma das maiores proporcionais do mundo - quem paga a passagem são os desempregados - o desempregado, para procurar emprego em Porto Alegre, tem que pagar passagem -, trabalhadores liberais, trabalhadores informais. Portanto, medidas e propostas que reduzam significativamente o valor da passagem terão sempre a minha simpatia. Vamos aguardar o próximo governo para ver que propostas virão à Câmara, mas repito: voto contra o projeto agora, na tese do Ver. Robaina, aliada à do Cecchim, pois é um projeto importante, merece uma discussão, mas vamos deixar para o próximo governo e para ouvirmos mais os nossos estudantes. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLE nº 018/20. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, cumprimento os parlamentares que estão nos acompanhando aqui e gostaria de colocar meus centavos na discussão. Primeiro, eu acho que a gente vem debatendo, ao longo desses três anos e meio da legislatura, muito sobre desburocratização, sobre facilitar a vida do cidadão, facilitar a vida das pessoas e facilitar a vida da nossa cidade, sobre a importância de a gente reduzir custos, reduzir burocracias, reduzir papelada, tornar mais inteligente todo o sistema de prestação de serviço público e de interação entre o cidadão, o usuário dos serviços e obviamente a entrega destes. Vejo com muito bons olhos esse projeto, pois ele faz exatamente isso, é um projeto importantíssimo de desburocratização, de redução de custos, de facilitação de entrega de um serviço tão importante para a população e para os estudantes. Eu não vejo, na verdade, falta de diálogo algum. Na verdade, ao longo desses três anos e meio, nós discutimos “n” vezes a pauta do transporte coletivo, outras “n” vezes a pauta das isenções, das modalidades, das diferentes formas de como poderia se construir isso. Então eu vejo bem maduro o sistema, bem madura essa discussão. E eu não acho, sinceramente, agora com a pandemia que muito nos ensinou sobre trabalhar com menos processos, com menos burocracias, com menos etapas e, sim, fazendo com que as coisas sejam mais rápidas, mais ágeis, mais simples, eu não acho que cabe nós permanecermos nesse marasmo, nesses entraves que nós temos hoje para que o estudante possa obter a sua carteirinha estudantil. Aliás, eu não vejo nenhum problema, nenhum elemento dificultador para os grêmios estudantis, para as entidades estudantis porque vão continuar podendo emitir. Nós apenas estamos facilitando para que outras agremiações, outras formas possam também estar disponíveis para os estudantes, ou seja, nós estamos facilitando que o estudante possa ter acesso e não reduzindo de novo e tornando o estudante escravo da burocracia, escravo desses procedimentos ou mesmo escravo de agremiações que a gente sabe que têm outros interesses. Então esse projeto está totalmente em linha com a desburocratização, em linha com a simplificação para as pessoas, em linha com o benefício para o estudante. Não consigo enxergar de modo algum, respeito as divergências, respeito as manifestações dos meus colegas que sei que têm partidos muito ligados a esses grêmios estudantis, muito ligados a entidades estudantis que tem isso na pauta, mas eu não consigo ver nenhum benefício para o estudante em manter as coisas como estão. Esse projeto é muito bem-vindo, eu encaminho favoravelmente e saúdo inclusive o governo municipal por ter encaminhado esse legado para a cidade que a Câmara de Vereadores poderá deixar para o próximo prefeito, aprovando esse projeto agora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Pujol, eu queria renovar o apelo para que se vote, no ano que vem, esse mesmo assunto com o novo governo. E eu queria fazer esse apelo ao Ver. Janta, especificamente, porque a gente sabe que tu foste líder do prefeito Marchezan, no início; depois tu rompestes, fizeste uma definição de que era o governo que estava atacando os pobres, que não gostava dos pobres. Não pode ser que, na reta final, assim, no apagar das luzes, tu lideres a aprovação de um projeto que vai atacar as lideranças estudantis, vai atacar as entidades estudantis. Aí eu tenho que escutar o Cecchim falar que os partidos blá-blá-blá... Sim, claro, o PSOL tem ligação com as entidades estudantis? Claro que tem. O PSOL tem muitos estudantes, e os estudantes defendem os interesses da organização do movimento estudantil e é lógico que tem ligação. O Cecchim é que não tem, ele tem ligação com os empresários, não tem relação com os estudantes, com os trabalhadores, só tem relação com os trabalhadores na relação empresarial, ele é um representante político desse setor. Então que o Cecchim esteja mais afinado com as posições do Marchezan, a gente viu ao longo da legislatura, mas eu acho, inclusive, para o Cecchim, que é do MDB e que, portanto, não apoiou o Marchezan, eu acho inclusive que, para o Cecchim, que é do MDB, e que, portanto, não apoiou o Marchezan, não convém vocês votarem agora. Votem depois até porque os estudantes vão apelar para o Melo; vai ser no fim do ano agora, foi uma votação no apagar das luzes. Nós vamos ter agora, no final do ano, lideranças estudantis pressionando o Melo, não vai ser pressionando o Marchezan, vai ser pressionando o Melo porque todo mundo já sabe que essa votação está sob a luz de uma relação de forças na Câmara que é uma relação de forças da base do governo Melo, não do governo Marchezan, o governo Marchezan já terminou. Vereadores que tentam se apoiar em projetos do Marchezan para dizerem “ Não é do Marchezan, não tem nada a ver com o novo governo”, ninguém cai nisso aí. Então, eu estou fazendo um apelo porque, como eu acredito também nas pessoas e o prefeito Melo disse que queria dialogar, eu estou fazendo um apelo para que esse dialogo exista, porque, na Câmara, o governo Melo já começou e a gente sabe disso, todo mundo sabe disso. As lideranças estudantis as que estão assistindo pelo YouTube e as que vão ficar sabendo da votação que nós fizemos aqui sabem disso e elas vão fazer esse apelo, só que já sabendo que não houve vontade de dialogar, porque o diálogo se faz agora, a partir de um encaminhamento simples. Rejeita essa proposta e, caso aqueles vereadores que acham que essa proposta é a maravilha do universo, como o Camozzato, venham, falem com o prefeito Melo, e o prefeito Melo vai encaminhar essa proposta partir de janeiro com a maioria que ele já tem na Câmara inclusive. O prefeito Melo já tem maioria na Câmara e não vai ter problema em aprovar, se ele mesmo assumir essa posição. O que não pode é se esconder atrás do Marchezan. Quero dizer que eu acho que o apelo que faço é justamente pelo diálogo. Como eu acredito que o Janta, nesse caso, fez a experiência, liderou o governo do prefeito Marchezan, rompeu efetivamente com o governo e eu acredito, Janta, que tu queiras dialogar, e eu estou fazendo esse

apelo porque as entidades estudantis estão pedindo. E eu quero, nesse último tempo que me resta, reiterar esse apelo, Janta, porque a tua fala foi uma senha para que os vereadores que já apoiam o Melo aprove o projeto, e eu quero que tu dê a senha aposta. Pode ser até que se aprove, mas deixa o governo entrar. Eu estou contra o projeto, mas deixa o governo entrar e aí vocês aprovam com a maioria de votos que vocês tiverem a partir do diálogo. Ou, evidentemente, se os estudantes conseguirem convencê-los de que o projeto é ruim, ou se tiver alguma mobilização estudantil que mostre que os estudantes realmente estão contra o projeto, mas eu acho que a tem que dar tempo ao tempo, tem que permitir que o diálogo exista e que o conflito se estabeleça da melhor forma possível, se ele tiver que se estabelecer, que é com espaço, com tempo, e não patrolando e utilizando o governo Marchezan para aprovar políticas que já são políticas do governo Melo, se os vereadores aprovarem essa proposta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Pujol, todos os colegas, é um prazer estar aqui. Em comum acordo com o Ver. Ramiro Rosário, estamos encaminhando pelo PSDB e quero reconhecer aqui, nas falas do Ver. Aírto Ferronato, o reconhecimento ao enfrentamento do governo atual para temas que não são considerados fáceis de fazer o enfrentamento. Estive junto com as senhoras e com os senhores durante três anos e meio, Deus quis que eu estivesse aqui no lugar do Ver. Ricardo Gomes e acompanhei as discussões internas na Secretaria. Também utilizo este espaço para reconhecer o trabalho do pessoal da Secretaria de Mobilidade, do secretário Rodrigo Tortoriello, mas eu não poderia, em nome do PSDB, deixar de citar aqui, vamos dizer assim, a capacidade de enfrentar determinados temas que são importantes para a cidade, obviamente, encaminhando para votarmos sim a esse importante projeto que vai proporcionar que os estudantes possam optar em fazer suas carteirinhas sem os custos e sem, na realidade, o caminho que era utilizado. Não estou aqui questionando se correto ou incorreto, estou fazendo um reconhecimento ao enfrentamento do atual governo, agradecendo as palavras do Ver. Aírto Ferronato, as palavras do Ver. Idenir Cecchim. E, nas questões do embate sobre o que o Ver. Roberto Robaina, que o Ver. Cláudio Janta, que foi líder do governo Marchezan – sim, o Ver. Cláudio Janta foi vice-líder inclusive quando houve episódios tristes de entidades, de ocupação de invasão de plenário, ele estava lá, e o meu parlamento não deve ser feito dessa forma –, mas quero fazer o registro que me honrou muito fazer parte, durante um bom tempo, como líder do governo, hoje muito bem liderado pelo nosso Ver. Mauro Pinheiro. A bancada do PSDB agradece os reconhecimentos e agradece também o esforço do secretário Rodrigo Tortoriello e de toda a equipe da EPTC e votaremos sim ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu queria dizer que, a princípio, é notório e público para a cidade de Porto Alegre que eu fui líder do governo Marchezan por oito meses e saí da liderança em função de projetos que o governo apresentou inclusive a retirada da segunda passagem e a passagem das pessoas com deficiência principalmente. Mas eu quero dizer que nós ficamos quatro anos nesta Câmara discutindo com o movimento estudantil. O exemplo-vereador André Carús fez uma comissão especial, nós criamos uma frente parlamentar em que o Presidente foi o Ver. Reginaldo Pujol, eu fui o relator. Falta de diálogo não houve, podem falar que o projeto não agrada aos estudantes, podem falar qualquer coisa, mas dizer que não houve diálogo não. Houve uma frente parlamentar que funcionou até iniciar essa questão da Covid, discutiu vários temas do transporte, e, em nenhum momento os estudantes levantaram essa questão de outras entidades fazerem isso, até a força sindical poder fazer porque tem várias pessoas que estudam nas universidades e nas escolas e que trabalham. Porque não pode a força sindical fazer a carteirinha de estudante, porque não pode os sindicatos dos comerciários, dos rodoviários, o sindicato dos vigilantes fazerem as carteirinhas dos estudantes de Porto Alegre? Porque não podem? Para um trabalhador contribuir hoje com o seu sindicato, ele tem que ir lá e tem que dar *o.k.*. “*O.k.* eu quero contribuir com o sindicato, esse que me representa, do contrário, não contribuo”. Eu tenho direito de escolher onde eu vou fazer a minha carteirinha. Se eu vou fazer no meu DCE, meu no Grêmio Estudantil, na minha entidade metropolitana, minha entidade estadual, nacional. Eu fiz a minha carteirinha de estudante na UNE, eu fiz *online*, encaminhei e fiz. Não fiz a da UE, poderia fazer, mas não fiz. Então, tem que ter essa opção. Eu acho que nós estamos legislando para o monopólio, tem que ter essa distinção porque é uma questão pública, é uma isenção que esta Câmara aprovou. A isenção é para todas. Se uma entidade quer fornecer a carteirinha de graça, ela pode fornecer a carteirinha de graça, se quiser cobrar uma taxa, ela pode cobrar. Agora, cabe ao estudante escolher se quer fazer no seu grêmio estudantil, no seu DCE, se quer fazer no seu centro acadêmico, se quer fazer na sua entidade de grau superior, se quer fazer no sindicato, se quer fazer na EPTC ou até, como disseram, na própria ATP. Onde ele quiser fazer.

Daqui a pouco, a própria Câmara de Vereadores poderá estar cadastrada para fazer as carteiras de estudantes, se assim o quiser, por que não? Agora, o que não pode é a carteira, que pode ser gratuita, ser cobrada, o que não pode é a carteira, que pode ser confeccionada por outras entidades, não poder ser confeccionada, pois essas entidades representam quem lá está estudando.

Quem lá está estudando, trabalha em algum lugar, o seu pai que paga aquilo lá trabalha em algum lugar, então, pode ser feito, também, até em entidades sindicais. Por que não? Só se cadastrar na EPTC. Seria esse o encaminhamento. Agora, diálogo houve e houve bastante, houve audiências públicas, houve tudo na Câmara de

Vereadores. Dizer que não houve diálogos nesses quatro anos, aí não dá, vamos fazer justiça também. Houve diálogo? Houve diálogo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Muito obrigado, Pujol. Eu acho que nós estamos num momento de discussão pouco centrada. Houve alguns debates, evidentemente que houve, e participei, inclusive, de vários deles. Quanto ao projeto, ele deveria ser sido exaustivamente discutido na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na CUTHAB, e, talvez, na de Economia, mas eu estou vendo que o nosso parlamento está se cingindo a maiorias e minorias. Vou tomar a liberdade de informar a vocês, sem arrogância nenhuma, que ganhei de presente um livro maravilhoso chamado Senhor República, que é a história da vida de Teotônio Vilela. Acho que cada um, cada uma de nós que está no parlamento, que discute política, que faz política deveria conhecer, porque o Teotônio, assim que saiu do cenário da República, no pouco tempo que ele ainda teve de vida, fez alta política fora do parlamento. Então, acho que a nossa discussão está muito rebaixada, não vou responder a essa história de que um é o bom sindicalista e outro não é, é ditador ou um não sei o que lá. Primeiro, para falar de sindicalismo tem de fazer sindicalismo, tem de pertencer a uma categoria profissional e participar da sua classe. Tenho orgulho de, assim de ter me formado, fazer a minha carteira no Sinpro - Sindicato dos Professores - e, posteriormente, no CPERS - Sindicato. Evidentemente, tive a minha militância sindical e não me arrependo dela, muito pelo contrário. Acho que, hoje em dia, nós estamos voltando a ter o velho peleguismo nas entidades, seja o peleguismo da classe laboral, quanto o peleguismo da classe patronal que trabalham numa mesmice, não têm inventividade nenhuma. Não me venham com essa história de que os sindicatos estão se reinventando com o fim do imposto sindical. O que é isso? Estão entregando sedes, estão demitindo pessoas, a luta sindical tem encolhido. Então, fico feliz ao ver os estudantes, mesmo com dificuldades, nessa pandemia, com essa dificuldade de acessar aos vereadores, fazer o que podem fazer. Eu vou votar contra esse projeto, exatamente, porque a discussão efetiva não foi feita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Pujol, pretendo ser bastante breve. Eu simpatizo com a ideia de que as nossas entidades estudantis ...As carteirinhas escolares sempre foram um instrumento, um financiamento dessas

instituições. Ao meu ver, elas fazem parte de um arcabouço institucional para a organização da nossa juventude e, em especial, dos nossos estudantes. Isso é democracia, não é, a gente entender a importância da vida dessas instituições na formação acadêmica, na formação estudantil, na construção da participação política para o nosso País. Primeiro, quero registrar isso, mas, ao mesmo tempo, nos agrada a hipótese de poder fornecer, gratuitamente, essas carteiras por parte do poder público. Não vamos retirar isso da nossa concepção, do nosso debate. No entanto, para o bom debate, para a construção, não faltou tempo. Na verdade, as argumentações trazidas aqui pelos vereadores... Claro que não faltou tempo, mas, parece-me, falta a possibilidade de criar alternativas no sentido de deixarmos as nossas instituições fortes, organizadas. Os maus exemplos, trazidos nas falas, não significam que a gente tem de acabar, tem de deixar que as instituições fiquem organizadas e com uma estrutura mínima para se manterem ativas. Olha, talvez, para alguns, a gente vive um momento de calma, para outros, como eu, em certos momentos, acham que a democracia pode estar em xeque. Nada mais importante do que a nossa sociedade possa estar organizada. Eu acho fundamental, e o movimento estudantil já deu belos exemplos na história da sua importância, a sua participação. Vejo aqui vários colegas vereadores que já passaram pela organização estudantil e sabem muito bem do que eu estou falando. Nesse sentido, quero me juntar a hipóteses de que a gente possa, não por falta de tempo, - vou justificar, não pela falta de tempo, mas pelo período eleitoral -, mas pela impossibilidade das nossas reuniões presenciais, então, dar mais tempo, Presidente, para que a gente possa construir junto com o nosso novo prefeito, com novo vice-prefeito, com o novo governo, uma alternativa que possa, talvez, garantir a gratuidade das carteiras. Seria um grande ganho para os alunos não ter de pagar uma taxa para ter o seu benefício, o seu desconto, mas, sobretudo, é necessário dialogar com as entidades para ver se estão preparadas para manter seus custos, suas entidades abertas, os seus encontros, seus seminários, suas participações em vários eventos que fazem parte da vida do movimento estudantil. Então, nesse sentido, quero aqui reforçar e quero que os colegas vereadores também entendam isso: primeiro, a importância de nós mantermos fortemente ativo e reinventando-se o nosso movimento estudantil, ao mesmo tempo em que a gente dê tempo para o preparo do financiamento (Ininteligível.). Por isso que eu peço, se possível, que a gente deixe isso para o novo governo, senão esse vereador vota contra o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, a minha fala, em tempo de encaminhamento, é pelo meu partido, o PSOL, portanto falo em nome da Ver.^a Karen Santos e do colega Roberto Robaina, e vai no sentido das falas do Ver. Mauro Zacher, que me antecedeu, e do Roberto Roraima, que

falou pela liderança da oposição. É necessário que nós possamos escutar as instituições estudantis, as organizações estudantis. Quando o Ver. Cláudio Janta puxa a sua memória, dizendo que houve uma comissão interna da Câmara, uma frente parlamentar para debater com os estudantes, ele estava, parcialmente, certo. Os debates foram centrados principalmente em torno de projetos de lei que ameaçavam cercear o direito ao meio passe estudantil. Então, essa foi a grande tônica dos debates em que os estudantes se engajaram e interagiram com esta Casa Legislativa. Mas este é um projeto de lei de 2020. Ele entrou em regime de urgência, não teve parecer da nossa Procuradoria, não passou pelas comissões, principalmente nas comissões temáticas que justamente debatem esses assuntos, não passou pela CECE, não passou pela CUTHAB, e, portanto, não houve nenhum espaço e momento para que as entidades estudantis fossem ouvidas sobre esse assunto, que é importante.

O Ver. Cláudio Janta também destaca na sua fala que gostaria de ver os seus sindicatos e outras entidades fazendo ou tendo a possibilidade de confeccionar as carteiras, mas isso não é estabelecido neste projeto de lei. Este projeto de lei abre a possibilidade para que estruturas gerenciadas pela Prefeitura, ou coordenadas pelo poder público, possam, justamente, fazer a confecção e a renovação dessas carteiras. Portanto, o sindicato dos comerciários jamais poderia confeccionar tais carteiras, a bilhetagem eletrônica, não poderia se envolver.

E uma outra coisa: baseado na fala do Ver. Cláudio Janta e do Ver. Idenir Cecchim, eu voltei ao projeto, eu reli atentamente todos os artigos do projeto e não existe nenhum – nenhum – item que verse sobre gratuidade. Em nenhum momento, no projeto inteiro, existe alguma possibilidade, alguma linha que dissesse que o poder público confeccionaria de forma gratuita essas carteiras. Portanto, se não está determinado no projeto de lei, nós não temos efetiva garantia e segurança de que isso será empreendido no Município de Porto Alegre. Então, votaremos um projeto que carece de discussão, principalmente com os principais afetados, que são as organizações estudantis, porque não foram ouvidas, não puderam ser ouvidas. E este é um projeto de 2020, é um projeto recente, e, infelizmente, temos aí uma discussão, neste momento de votação, que está meio capenga. Está meio capenga porque o projeto não determina esses critérios que foram levantados aí por alguns dos vereadores que se manifestaram. Então, não serão todas as instituições, não serão todas as entidades com a possibilidade de confeccionar essas carteiras escolares, e, obviamente, isso vai ter um impacto bastante pesado nas receitas justamente das entidades que representam estudantes no Município de Porto Alegre.

Portanto, eu encaminho, em nome do meu partido, pedindo a compreensão das demais bancadas desta Casa Legislativa, que nós votemos pela rejeição deste projeto e que o próximo prefeito, Sebastião Melo, possa se reunir com essas entidades, dialogar, debater e abrir a possibilidade de diálogo para a construção de uma alternativa que não impacte tão duramente sobre essas entidades. Então, esse é o apelo que nós fazemos e o nosso encaminhamento é pela rejeição do projeto. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, eu vejo alguns constrangimentos quando o Ver. Adeli, lá na discussão, foi até radical. Essa não é a figura do Adeli. Inclusive o Adeli não se elege porque o radical do PT não vota nele. Então, me surpreende o radicalismo. E outro detalhe, gente: o Melo não ligou para ninguém. Se ligasse, eu teria dito para ele: “Olha, Melo, espera tu assumires, porque depois eu vou votar, aí no teu mandato; mas agora, não.” Nós rejeitamos, na última semana, dezenas de projetos do Executivo atual. Aí o Robaina e o Adeli acham que se rejeitamos é porque o Melo disse que tinha que rejeitar. Para com isso, Adeli. Parece que não nos conhece! Estão forçando uma barra. Inclusive a própria Presidente da União Estudantil concorreu a vereadora pelo PSOL. Vi ela na rua fazendo campanha, me encontrei com ela. Essas pessoas passam anos dentro da Câmara discutindo, indo para a Tribuna Popular. Oportunidade é o que não falta. Então, nós, os outros, que não somos radicais, eu não sou radical de esquerda e nem de direita, temos que colocar eles nos seus lugares; ou seja: respeitar, tem que saber perder. Então, neste momento em que um projeto simples, eu vou ler aqui o mais importante. (Lê): “...redução do custo da infraestrutura (pessoal e física); diminuição de resíduos (fotocópias e outros documentos impressos) e da necessidade de sua guarda física até o momento do descarte; simplificação no atendimento ao usuário; celeridade na distribuição de créditos no período de renovação da carteira, com a extinção das filas; encaminhamento digital e automático de cerca de 80% da demanda total; diminuição de fraudes com ganho para a modicidade tarifária (menor valor de tarifa)...” E assim, vai. Não tem nada de excepcional, não tem nada do Melo, não tem nada do Marchezan, somos nós que temos que assumir, rapaziada e moças. Somos nós que temos que assumir, nós somos vereadores. Eu me lembro dos meus primeiros mandatos, já estou no quarto mandato na Câmara, em que o OP queria tomar conta da Câmara, e nós não deixamos! Cecchim, nós temos que mostrar agora a nossa força, o nosso lado. Toda hora temos que fazer o que eles querem? Esse radicalismo não. Para aí! Cansei de votar com eles, mas coisas boas, com autonomia. Com relação ao próximo prefeito, nem sei quem vai ser secretário, com o nosso partido ele conversou, mas não sabemos nada do que vai acontecer, mas nunca nos pediram e nem vão pedir: “Cassiá, vai e vota aquele projeto assim e assado!” Só quem não me conhece e não conhece a maioria dos vereadores desta Casa. Então, nessas horas vêm com esse blá-blá-blá e querendo enrolar, Cecchim? Daí, não! Barbosa, Mauro, Janta, querem nos enrolar! A campanha já passou. Vamos agora assumir a nossa responsabilidade. Nós temos que desamarrar esta cidade, desamarrar a cidade! Tirar dos braços da esquerda, e quase chegou lá, hein? Nós temos que desconstruir essa esquerda radical que pensa que manda na cidade, que quer mandar na Câmara! Não! Respeito! Só o que eu peço é respeito! Nós temos que votar um projeto simples e bom para toda a juventude, não é para uns feudos aí que ficam comandando a juventude, achando que são melhores do que todos, e são da esquerda radical. Que sejam, mas respeite a Câmara. A Câmara tem autonomia, eu tenho

autonomia, e conseqüentemente independência, e acho que este projeto é bom, vem dar guarida a todos, não para um pequeno grupo de pessoas ou de estudantes. Vamos votar “sim”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Ver. Cassiá Carpes, V. Exa. falou tudo o que tinha que ser falado. Afirmei antes, na ocasião da discussão, que o governo, nos projetos enviados à Câmara até 31 de dezembro, pertence ao prefeito legítimo até o dia 31, que é o Nelson Marchezan. O Ver. Cassiá Carpes disse muito bem que aqui não tem cabresto. Aqui há pessoas de responsabilidade. Eu respeito muito a opinião do Ver. Robaina, do Ver. Alex e do Adeli, e eles declararam peremptoriamente que a carteira dos estudantes serve para render recursos para as entidades estudantis. Ora, e eu que sou inocente sempre pensei que aqueles estudantes estavam lá por ideologia estudantil. Não. Acabam de confirmar agora, o Ver. Robaina, o Ver. Alex e o próprio Ver. Adeli, que eu lamento não ter se elegido, que esse dinheiro da carteirinha serve para um grupo de estudantes fazer política partidária e ideológica. Porque o estudante em si, a grande maioria, a esmagadora maioria, nem sabe o que essas entidades estudantis fazem, a não ser, muitas vezes, promoverem uma que outra invasão, uma pressão desmesurada. Sim, porque têm recurso para isso. De onde vêm os recursos? Vem de um partido? Não, vêm da própria carteirinha do estudante. Então, meus caros colegas, nós temos que, de uma vez por todas, economizar o dinheiro do estudante, principalmente daqueles que precisam andar de ônibus. Os ricos, muito ricos, andam de carro e ainda tem carteirinha para emprestar. Mas tem muitos estudantes que dependem da passagem escolar e ainda têm que pagar para fazer a carteirinha que neste projeto dá de graça; não proíbe de fazer a carteira aos estudantes que são engajados a partir de políticas, isso é um direito que eles têm, mas desobriga de fazer a carteirinha para dar recursos para fazer movimentos que não são dos estudantes, são movimentos ideológicos, por isso vamos votar esse projeto, vamos vencer esse projeto, e vamos dar aos estudantes de Porto Alegre a oportunidade de fazerem a sua carteirinha sem gastar nenhum centavo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 018/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLE nº 018/20. Peço ao Dr. Luiz Afonso que informe nosso próximo projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLE nº 036/19. (Pausa.)

Sr. Presidente, há um requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, que passo a apreçoar.

Apreço Processo SEI nº 0189319, de autoria da Vereadora Karen Santos (Lê.):

“Venho, por meio deste, formalizar requerimento de retirada de urgência (RI, art. 94, §º3, ‘n’) do PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 036/19. De forma subsidiária, não sendo possível ou desacatado o requerimento anterior, postulo o adiamento da discussão do presente projeto de lei do executivo, nos termos de documento (que segue enquanto justificativa) assinado por mais de 50 entidades e organizações ambientais, com justificativa complementada da Tribuna”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O requerimento muito bem formulado tem dupla situação. A primeira delas é que pede a retirada de urgência. Indefiro a solicitação porque não tem base regimental, ao contrário, estabelece que, em situações como essa, somente o autor, no caso o Município, poderia solicitar a retirada da urgência, o que não ocorreu. Quanto ao pedido de adiamento da votação também indefiro, mas no caso, provavelmente pedido que seja ouvido o plenário se deseja transferir a votação, não sei por quanto tempo, o requerimento não fala.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, no caso do projeto de regime de urgência, somente a discussão pode ser adiada e por apenas uma sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Bom o que se pede é o adiamento da discussão.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, solicitando o adiamento da discussão do PLE nº 036/19, por uma sessão. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do seu requerimento, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vereadores, o requerimento parte desse documento assinado por mais de 52 entidades, que aponta que existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi encaminhada pela Procuradoria Geral de República - PGR, junto ao Supremo Tribunal Federal, que questiona artigos do projeto de lei que está em votação hoje. O Licenciamento com Adesão e Compromisso, LAC, é questionada por essas entidades: pelos Ministérios Públicos, por associações de técnicos da área ambiental, por organizações de ambientalistas, por ecologistas. O projeto é considerado inconstitucional, ilegal. Ele remete ao CONSEMA - Conselho Estadual do

Meio Ambiente, atribuições que até agora não existem resoluções. E nesse sentido o requerimento é para que a gente consiga postergar essa discussão, e para que o Executivo se sensibilize no sentido de garantir maior segurança jurídica para os empreendedores que vão se submeter a essa lei, para que a gente consiga avançar nas discussões em âmbito estadual e federal antes de passar pelo Município de Porto Alegre uma decisão que não cabe somente a nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Pujol. Eu me inscrevi para fazer o encaminhamento, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, obrigado, Ver. Adeli, meu líder. Presidente Pujol, demais vereadores, eu, na semana passada, fui autor de requerimento de adiamento dos projetos que antecederam a este, do chamado autolicenciamento, alertando, justamente, para o tema que a Ver.^a Karen trouxe aqui. Neste momento, junto ao STF, uma representação do Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente Bolsonaro, está arguindo a inconstitucionalidade da aprovação do autolicenciamento em nível estadual, aqui no Rio Grande do Sul. Eu usei a expressão, talvez alguns tomaram como muito forte, vieram agressões pelo *chat*, mão nós pagaremos um mico se votarmos e aprovarmos esse projeto, quando há uma ação direta de inconstitucionalidade promovida a nível federal por uma lei estadual. Então, no mínimo, por prudência, nem quero entrar aqui no debate do mérito, dessa narrativa toda de que o problema do desenvolvimento econômico é um problema ambiental, e que os “eco-chatos” incomodam, e essa conversa que o povo já está cansado de ouvir. Não vou entrar nesse tema, estou dizendo aqui que, simplesmente, que o Procurador-Geral da República, nomeado por Bolsonaro, do Ministro que diz que “tem que aproveitar a pandemia para passar a boiada”, diz que é inconstitucional o autolicenciamento. Basicamente, por quê? Porque o Estado, no sentido macro, não pode se abster de fazer a regulação, de fazer o cuidado do ambiente para as presentes e futuras gerações. Nós estamos vivendo uma pandemia que, provavelmente, tem origem num desequilíbrio ambiental também. Então, me parece que, colocar esse tema, como um tema de ideologia política de esquerda e direita é realmente um dos maiores erros que se tem cometido nas últimas décadas. Eu gostaria de encaminhar favoravelmente ao adiamento, que é o possível fazer neste momento. E deixar, como disseram muitos vereadores, que até a semana passada diziam: esse é um projeto do Marchezan, vamos rejeitá-lo, porque já não cabe mais, não será mais nesse governo. Pois bem, foi aquilo que eu disse, repetidamente: vamos rejeitar? Vamos rejeitar tudo. Mas os vereadores estão fazendo uma rejeição seletiva. Neste caso aqui, a maioria do governo Melo que, como disse o Ver. Robaina numa das falas, já está em atuação plena na Câmara. O governo Melo está dando o aval para esse projeto. Então a

aprovação deste projeto tem, sim, que entrar na conta do governo Melo que já opera com toda força dentro da Câmara Municipal, o que eu lamento muito. Porque, se é para derrubar os projetos do Marchezan, em que muitos eu concordo com o mérito, apesar de o procedimento ter sido feito totalmente equivocado, foram projetos eleitoreiros do Marchezan e por isso foram derrubados, mas no mérito faziam todo sentido. Então, vamos derrubar todos, e que deixe para o governo Melo, a partir de janeiro, apresentar projeto igual e que assumam o ônus de ter que aprovar um projeto como esse. Mas, covardemente, o governo Melo já começa errando, não dialogando e colocando, e não assumindo sua responsabilidade. Ou seja, faz a sua base aprovar projetos que lhe interessam e, ao mesmo tempo, quer colocar a narrativa de que seu governo ainda começou. Já começou com toda força e começou muito errado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, eu gostaria de chamar à memória dos colegas vereadores e vereadoras, no início de 2017, chegou à Câmara de Vereadores o projeto de reestruturação administrativa, proposto pelo então eleito prefeito, Nelson Marchezan Júnior. Dentro desse projeto de reestruturação administrativa, Marchezan colocou uma modificação, a qual fiz o destaque de ser muito grave, que era, justamente, extinguindo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, trocando seu nome para Secretaria Municipal da Sustentabilidade. Eis que a legislação federal determina que compete exclusivamente aos órgãos do meio ambiente, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, justamente esses processos de verificação, análise e licenciamento ambiental. Se não houver reformulação na legislação federal, portanto é ilegal, é inconstitucional esse projeto que está em tramitação. Por isso, nós não deveríamos votá-lo, porque esse vício flagrante de inconstitucionalidade vai fazer com que, invariavelmente, esse projeto seja derrubado na esfera jurídica. E nós, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, não necessitamos desse desgaste, dessa exposição. Fazer o papel de relapsos, quando não analisamos com a devida atenção um projeto de grande magnitude, que pode impactar negativamente o nosso Município, principalmente nas questões ambientais. E cito isso porque a Bahia já conta com um projeto de Licenciamento por Adesão e Compromisso, e os próprios técnicos lá do outro estado dizem que não têm dado conta de atender a toda demanda dos licenciamentos que são protocolados, e conseguem verificar apenas 20%. Desses 20% de empreendimentos novos, de construções, da abertura de empresas, 95% apresentam graves irregularidades, que não seriam cometidas justamente se houvesse o apontamento e a orientação correta do órgão ambiental competente. Portanto, acredito eu que nós não precisamos disso para a cidade de Porto Alegre. A Ver.^a Karen citou a legislação estadual, que o nosso Conselho Estadual do Meio

Ambiente determina que cabe ao Município justamente a tarefa de fazer o licenciamento, e esse projeto de lei vai fazer com que o Município esteja abrindo mão de uma atribuição, de uma responsabilidade que é só sua. Portanto, peço a compreensão dos demais vereadores desta Casa Legislativa, já há um debate em nível federal sobre esse processo de licenciamento por adesão e compromisso, então que esperemos esse imbróglio se resolver na esfera federal para, então, tomarmos outras decisões aqui na nossa cidade. Agradeço a atenção e a compreensão de todos, e sigamos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Pujol; vereadores e vereadoras, o Marcelo Sgarbossa tem medo do mico! Um mico que teoricamente o governo do PT da Bahia já pagou para ver, e está fazendo o que deve fazer lá na Bahia. Nós não podemos ficar imaginando... Meio ambiente, todos nós somos favoráveis a proteger o meio ambiente. O Marcelo Sgarbossa referiu-se aos “ecochatos”, mas a população está cansada dos “ecochatos”, não é do assunto, porque com o meio ambiente todos nós temos responsabilidade e todos vão fiscalizar, o Município de Porto Alegre vai... a pessoa vai autodeclarar que estão atendidos os itens necessários para o meio ambiente e, se não o fizer, será punida, voltará atrás, sim, não terá a licença do que se autoproclamou, ela terá que prestar contas dentro das regras. Não adianta forçar, Marcelo, que o governo Sebastião Melo já está mandando. Não está mandando, mas o seu partido, por exemplo, nem concorreu; não concorreu, não se achou em condições de disputar a eleição. O ex-vereador, ex-presidente da Câmara, deputado Sebastião Melo ganhou a eleição, mas não está se intrometendo na administração Marchezan. Ele está cuidando de formar seu novo governo, que vai entrar em campo – o novo governo – a partir do dia 1º de janeiro. Então não adianta querer colar, o Ver. Cassiá já disse antes: nós temos autonomia, nós temos clareza daquilo que nós estamos votando. Esse negócio de ter diálogo, que diálogo é esse? É um diálogo que só atenda a vocês? Se for a favor, é diálogo; se não for, não tem diálogo! Que negócio é esse? Vamos votar de acordo com as nossas consciências. Eu vou votar favorável a esse projeto pela coragem que o governo Marchezan teve de apresentá-lo. Eu voto a favor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitado o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Gente, vamos desamarrar esta cidade, isso não prejudica, é por adesão, pequenas questões, vamos tocar! Votei “não”.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Queria dar os parabéns aos vereadores que votaram “sim” – votei “sim” também – e dizer que é o início do governo Melo, o Cecchim não nos engana.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Nós não temos como adiar mais nada, temos projetos de vereadores para votar aí, tchê! Tem projeto meu para votar, que defendemos na eleição, abrir as creches, aí quando vai ser isso? Votei “não”, chega de adiar esse negócio, vamos resolver isso hoje, para esta semana já entrarmos nos nossos projetos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0610/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 036/19, que dispõe sobre a modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC).
(SEI 004.00029/2020-40)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e do Ver. Idenir Cecchim (líder do MDB);
- retirada a Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 036/19. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Eu volto, neste momento de discussão, a trazer alguns argumentos que utilizei no encaminhamento do requerimento feito pela Ver.^a Karen. Este projeto tem flagrante ilegalidade, ele é inconstitucional, ele fere a norma federal e, inclusive, a estadual existente. Existe uma discussão sobre o Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso na esfera federal – está tramitando por Brasília. Tomarmos uma iniciativa e largarmos na frente dentro desse processo fará com que este projeto de lei, se for aprovado e virar uma lei, caia por inconstitucionalidade. A norma federal determina que cabe o licenciamento ambiental exclusivamente às secretarias ambientais, às secretarias do meio ambiente; e a nossa cidade foi a primeira cidade do Brasil a ter uma secretaria municipal do meio ambiente – motivo que nos orgulha. Então não é questão de sermos contra empreendimentos, mas vamos fazer uma analogia para ver se consegue ficar bem claro. Eu não acredito, por exemplo, que pessoas que são diretamente interessadas em fazer algo, como, por exemplo, uma construção, construir um condomínio, vão prezar, vão colocar acima dos seus interesses particulares e financeiros as questões ambientais, como, por exemplo, processos de canalização de esgoto do cloacal, de tratamento de resíduos. São detalhes muito sensíveis. Por exemplo, a contaminação do lençol freático: é água que todo mundo vai beber em breve; o nosso abastecimento pode ser comprometido em um curto espaço de tempo, portanto, precisamos ser sensíveis a esses temas.

Já que algumas pessoas acreditam e defendem que os processos de licenciamento ambiental controlados pelos órgãos competentes demoram muito e que isso burocratiza e dificulta a vida do empreendedor, vamos fazer uma analogia: nós temos também uma grande fila de espera, por exemplo, para julgamentos; o nosso Judiciário tem uma demanda muito grande; agora, imaginem se alguém propuser um projeto de lei que vai fazer com que uma pessoa que é acusada de um crime possa se autojulgar – é mais ou menos o que a gente está prestes a votar. Imaginem: tem uma pessoa indiciada, que está sendo investigada por um crime, aí “ah, o Judiciário está muito moroso, então vamos deixar que a pessoa se autojulgue” – é basicamente isso. O licenciamento é necessário para que os empreendedores, os construtores, as pessoas que vão trabalhar com criação e tratamento de resíduos sigam as normativas determinadas pelo que rege a Constituição. Agora, não podemos deixar que interesses econômicos se sobreponham à necessidade de manter uma cidade minimamente habitável para as próximas gerações. E é por isso o apelo que eu faço a todos, que nós rejeitemos essa proposta legislativa, rejeitemos este projeto de lei, justamente esperando o tempo em que a esfera federal possa resolver essas questões, porque, do jeito que está, é inconstitucional. Nós não podemos ser irresponsáveis e aprovarmos uma iniciativa como essa, que vai ser, obviamente, contestada judicialmente e que vai ser barrada.

Eu peço que os colegas tenham sensibilidade, esperem isso ser resolvido na esfera federal, rediscutam na esfera estadual, porque o Conselho Estadual do Meio

Ambiente, dentro das suas normativas, também determina que os órgãos municipais do meio ambiente façam o licenciamento. Portanto, depois dessas decisões, encaminhadas às esferas superiores as suas novas diretrizes, que nós voltemos a discutir esse assunto no Município de Porto Alegre. Mas, por ora, eu peço a compreensão de todos para que nós rejeitemos este projeto de lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Olha, eu acho que esse tema, o Ver. Prof. Alex, que é biólogo, já deu argumentos exaustivos que demonstram que é uma barbearagem da Câmara votar esse assunto. Eu fico impressionado. Eu escutava o Ver. Cecchim dizer que todo mundo dá bola para o meio ambiente. Sinceramente, vereador, eu acho que nem o senhor acredita nisso. Nós estamos em um país que está abaixo da crítica em matéria ambiental. Temos um governo federal que desrespeita o meio ambiente de tal forma que tem sido hoje vergonha nacional. E o Brasil está ficando em baixa na comunidade internacional por desrespeitar o meio ambiente, por ter um governo nacional que estimula, inclusive, essa ideia, essa expressão que o senhor utilizou, os “ecochatos”. Imagine só! O senhor, um vereador, um homem já de idade, achar que são ecochatas as pessoas que se preocupam e que se mobilizam com a questão ambiental em um país que está destruindo o seu meio ambiente. Eu, sinceramente, creio que baixo nível político não dá para tolerar. Eu sou sincero com vocês. O Procurador da República, escolhido pelo Bolsonaro, está contestando esse tipo de legislação. Então eu creio que os vereadores deveriam ter essa sensibilidade e não votar isso. Nós estamos terminando o ano.

Vou repetir o meu argumento, que está muito evidente: o Melo já está governando na Câmara. Aqui não me venham dizer que se vota com a consciência. É claro que todo mundo vota com a sua consciência, vai votar com o quê? O problema é que consciência tem, precisamente. Se é a consciência de que a questão ambiental não tem nenhuma importância, de que só o que vale é o lucro e de que nós temos que seguir absolutamente tudo aquilo que os empresários dizem que está certo? Eu não sei, os vereadores deveriam inclusive abdicar de... Não sei por que eles defendem que haja Estado. Se o Estado não vai controlar nem a questão ambiental, vai controlar o quê? Só querem Estado para quê? Estado só pagar polícia para eventualmente reprimir manifestação que não aceita mais governos intolerantes, governos tiranos, governos que desrespeitam o meio ambiente, que atacam os trabalhadores, que atacam a população pobre? É só para isso que querem Estado, Estado para pagar repressão policial contra o povo? Não é possível! O Estado precisa, sim, regulamentar esse tipo de questão. Tem que fortalecer as secretarias do meio ambiente para que as secretarias tenham agilidade, mas elas precisam ter poder. O Estado precisa ter poder. Isso, para mim, é um argumento básico. Nem a questão ambiental vocês querem que o Estado regulamente.

Parece que todo mundo virou adepto ao NOVO. Eu não sei por que não entram no NOVO, porque são todos da ideologia do NOVO: não precisa Estado, a não ser para reprimir.

Então, sinceramente, eu acho que o apelo que nós estamos fazendo é o apelo do procurador, vamos escutar o Procurador-Geral da República, ele foi nomeado pelo Bolsonaro. Os políticos que estão tão entusiasmados pelo Bolsonaro... eu vi que o prefeito inclusive está meio entusiasmado pelo Bolsonaro. Então que pelo menos escute o procurador e não faça a Câmara passar a vergonha de passar um projeto desse tipo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente Pujol. Olha, primeiro que é surpreendente que nós vereadores que fazemos leis, sejamos os primeiros a ter de dar o exemplo da responsabilidade com leis, vamos votar um projeto inconstitucional. Aqui eu vou simplesmente dizer que por força do art. 10 da Lei nº 6938/81, lei da política nacional do meio ambiente, a qual estão subordinados todos os entes, a lei federal fala em licenciamento prévio, e este projeto de lei desconsidera isto; este projeto de lei fala em estabelecer critérios prévios. Não é a mesma coisa. Critérios prévios já existem. São as leis para cada atividade.

Não bastando isso, Porto Alegre foi a primeira capital do Brasil a ter a secretaria do meio ambiente; Guilherme Socias Villela foi o autor desta maravilhosa ideia. Ora, para que este projeto? É pela incompetência da SMAM? Seria isso? É da responsabilidade da SMAM esta tarefa. Então eu quero aqui ler para os senhores (Lê.): “Art. 10 – A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento...” Então, simplesmente é preocupante que este projeto inconstitucional seja aprovado pela grande maioria. Eu duvido que o futuro prefeito tenha conhecimento disto, porque conhecendo o Melo como eu conheço, uma pessoa séria e preocupada com as leis, pois é advogado, ele desconhece este projeto. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente Pujol, colegas vereadores e vereadoras, estava escutando a Ver.^a Mônica Leal e me deu uma saudade de um período que eu nem vivi, que foi um período, na Câmara, em que existia uma

direita digna, representada aqui pela fala da Ver.^a Mônica Leal. E não é só porque ela está concordando com a ideia de que nós não podemos aprovar este projeto. Provavelmente ela seja influenciada pelo filho dela, o Marcelo, que é um advogado que trabalha na área ambiental. É como eu falei na minha primeira intervenção, o tema ambiental não deveria ser um tema de direita ou de esquerda, e sim de quem tem uma visão de futuro e está pensando nas futuras gerações. Nós já seremos responsabilizados por não termos feito a nossa parte, assim como não fizeram as gerações que nos antecederam, e os resultados estão aí. E essa vereadora é da linha de que o desenvolvimento econômico é travado por conta do licenciamento ambiental; isto é uma das maiores falácias, porque os estudos mostram que o fechamento de empresas está relacionado a muitos outros critérios, como a falta de planejamento e a falta de análise de mercado. É típico do capitalismo que nem todo mundo vai dar certo. Isto é do sistema, é inerente ao sistema. Colocar a responsabilidade nos servidores públicos, na incompetência dos servidores públicos; servidores que não existem mais. A SMAM não faz concurso desde 1994. Então esse discurso que traz essa ideia de que o entrave do desenvolvimento é a questão do licenciamento ambiental dá uma ideia de que o servidor está ali com o pedido de licença na sua mesa, e ele é um sádico e não autoriza porque não quer. Como se não existisse uma legislação, como se não existisse todo um trâmite previsto em legislação com base científica. Então está na hora de vencermos esta barreira.

Eu quero parabenizar aqui a Ver.^a Mônica, não é de hoje, Ver.^a Mônica, quando eu encontro pessoas que me perguntam pela senhora, eu digo: “É uma pessoa de direita digna”, já discutimos várias vezes, não estou aqui concordando totalmente com todos os momentos em que estivemos juntos, mas quero dizer que, sim, podemos divergir, mas não divergir com base em falácias. E a falácia do momento é dizer que o autolicensing vai resolver as questões. É mais uma daquelas mentiras que foram contadas. Eu me lembro, no governo Temer, quando foi feita a reforma trabalhista, era para gerar emprego, quando foi dado o golpe na presidenta Dilma, e, na sequência, não tivemos mais empregos, o que tivemos foi justamente o contrário.

Eu tenho um dado aqui trazido por um servidor da Fepam em nível estadual: a cada dez uma audiência pública na assembleia legislativa, da mina em Guaíba. A cada dez casos de licenciamento, em que era deixado a cargo do empreendedor a manifestação, sete tinham problemas. Ou seja, o empreendedor acabava omitindo os dados ou literalmente mentindo.

Então realmente nós precisamos de um controle forte do Estado, e os vereadores que querem uma maior agilidade nos licenciamentos que defendam um concurso para os órgãos ambientais, mais servidores e servidoras farão a agilização dos processos. É assim que podemos resolver o problema. Nem para o empreendedor é bom, Presidente Pujol, quando ele é um empreendedor e percebe que ele destruiu a natureza ele diminui a atratividade do seu próprio empreendimento. É apenas um exemplo para trazer um pouco de luz ao debate. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Meus caros pares, a Ver.^a Mônica captou na essência o problema do projeto ora em discussão. É um problema de constitucionalidade. Nós temos toda a legislação federal condensada basicamente na lei federal ambiental, básica, nossa que diz o que pode ser licenciado, o que tem que fazer em primeiro lugar, nós temos as licenças de operação, licença de instalação, enfim, é uma norma que não pode ser modificada. Nós estamos cingidos a uma lei federal – a uma lei federal –, essa é a grande questão. A Lei nº 9605/98, como eu faço questão aqui de repetir, nos cinge a cumpri-la integralmente em nível local. Se nós tivéssemos uma outra legislação, se nós tivéssemos os procedimentos como há lá nos Estados Unidos em que o responsável, de fato, assume a responsabilidade e tem as penalidades, mas nós não temos esta legislação aqui. Nós não temos esta legislação. Nós temos a lei anticorrupção que não é aplicada. Não se aplica, o prefeito não aplica, e aí fica essa enrolação. Não! Não pode ser assim! Nós queremos, sim, agilidade. Nós não queremos ninguém trancando rua, nós não queremos ninguém trancando empreendimento, desde que os empreendimentos fiquem dentro das normas legais. Se eu tenho que ter uma prévia licença para um pequeno empreendimento, imaginem agora para empreendimentos maiores. Vão dizer: “Mas, opa, mas está cingido a tais e tais...” Não está claro. Não está claro o volume.

Então eu quero aqui também prestar uma homenagem a quem esteve na primeira secretaria do meio ambiente de Porto Alegre, na gestão do Guilherme Socias Villela, que foi o prefeito que mais criou parques, vamos fazer justiça. Não é Ver.^a Mônica Leal? Porque isso a gente tem que sempre lembrar. Nós temos que lembrar daquelas pessoas que contribuíram para o meio ambiente da Cidade, e, orgulhosamente, eu quero dizer que votarei contra; e quanto a essas 50 e poucas entidades que nos procuraram, mandaram documentos, nós vamos estar com elas para entrar na justiça e mostrar que a Câmara de Vereadores não está acima da lei – não está acima da lei! Nós temos que, sim, fazer legislação com ousadia, como a gente tem feito, debatido, discutido, mas não podemos ter esse procedimento que eu estou vendo nesta tarde, nesta Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 036/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Presidente Pujol. Boa tarde, vereadores, novamente, eu me inscrevi para tentar contribuir nessa discussão que envolve a SMAMS, como órgão fiscalizador, e acho que é importante a gente conseguir discutir esse projeto à luz da atual situação dessa Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. O último concurso da SMAMS foi em 1994 – a

SMAMS não está dando conta nem das podas das árvores do nosso Município, da manutenção das nossas praças e parques, da manutenção dos cemitérios municipais. Como nós queremos atribuir à SMAMS mais uma tarefa sem considerar o contexto de precarização por que passa essa secretaria? O autolicenciamento ambiental nada mais é do que garantir que as raposas cuidem do galinheiro, porque, se a gente não tiver um controle, uma fiscalização e um comprometimento desses empreendimentos em relação ao meio ambiente, basta nós revermos tragédias anunciadas como foi em Brumadinho e como foi em Mariana, em Minas Gerais, que permitem inclusive o autolicenciamento ambiental. Então, é desse contexto que nós estamos falando, de tragédias iminentes, num País tipo o nosso, rico em recursos naturais, e esse é o grande valor do nosso território para essas multinacionais, para esses grandes empreendimentos, que, muitas vezes, não respeitam as normativas, não respeitam os regramentos e acabam atravessando, comprometendo a saúde do nosso povo batalhador, comprometendo a possibilidade de a gente ter um controle e uma fiscalização adequada para evitar que tragédias dessa magnitude sigam acontecendo, para além de ser inconstitucional. Então, são todos esses elementos que nos levam ao entendimento de que não há necessidade de nós votarmos, neste final de ano, novamente às pressas, um projeto de tamanha magnitude, não respeitando as leis estaduais, as leis nacionais, não respeitando o atual estágio de depreciação da nossa Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, desrespeitando diversos laudos técnicos de ambientalistas, de ecologistas, que têm interesse na preservação do nosso meio ambiente, e cedendo ao *lobby* dos grandes empreendimentos, que querem que este projeto seja votado de uma forma tão acelerada, inclusive desrespeitando todos os ritos. Então, é disso que nós estamos falando, e é por isso que nós pedimos o voto contrário a este projeto, que nada tem a acrescentar numa maior regularização da situação da exploração do nosso meio ambiente, da nossa natureza.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Está encerrada a discussão do PLE nº 036/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Doze vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há quórum. Encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h42min.)

* * * * *